

Resenha do artigo intitulado “Estado e justiça: respostas populares à violência”¹

Review of the article titled “State and justice: popular responses to violence”

 ARK: 44123/multi.v5i10.1327

Recebido: 02/09/2024 | Aceito: 26/11/2024 | Publicado *on-line*: 25/01/2025

Ariane Moura dos Santos²

 <https://orcid.org/0009-0007-5318-9037>

 <http://lattes.cnpq.br/2993304304146323>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: arianehmoura07@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do trabalho intitulado “Estado e justiça: respostas populares à violência”, de autoria de Odair José Torres de Araújo, Maria das Dores Duarte de Sá de Amorim e Betânia Pereira de Jesus. O artigo foi publicado na “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Ano XII, Vol. 12, n. 43, jul.-dez., 2021.

Palavras-chave: Justiça. Justiça popular. Justiça estatal. Segurança pública. Instituições públicas.

Abstract

This is a review of the article that refers to the work entitled “State and justice: popular responses to violence”, authored by Odair José Torres de Araújo, Maria das Dores Duarte de Sá de Amorim and Betânia Pereira de Jesus. The article was published in the “Processus Journal of Management, Legal and Financial Studies”, Year XII, Vol. 12, n. 43, Jul.-Dec., 2021.

Keywords: *Lynching. Popular Justice. State Justice.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Estado e justiça: respostas populares à violência”, de autoria de Odair José Torres de Araújo, Maria das Dores Duarte de Sá de Amorim e Betânia Pereira de Jesus. O artigo em questão foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano XII, Vol. 12, n. 43, jul.-dez., 2021.

Quanto aos autores desse artigo, é importante conhecer um pouco mais sobre cada um deles, pois suas formações e experiências contribuem significativamente

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Simone Tavares de Andrade*.

² Graduanda Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

para a reflexão e análise dos temas abordados no trabalho.

O primeiro autor, Odair José Torres de Araújo, é um pesquisador com uma sólida formação acadêmica e profissional. Possui um mestrado em Sociologia pela renomada Universidade de Brasília (UnB), o que o habilita a abordar as questões sociais com uma perspectiva sólida. Sua formação diversificada, com bacharelados em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), permite que ele tenha uma visão ampla e interdisciplinar dos problemas abordados.

Além de sua atuação como pesquisador e professor, ele é advogado no Escritório França & Penha Advogadas e Associados, trazendo uma compreensão prática das questões legais. Essa combinação de experiência e educação o torna um autor qualificado para discutir os tópicos abordados no artigo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/589827500026>. Orcid: <https://orcid.org/0000000252413814>.

A segunda autora, Maria das Dores Duarte de Sá de Amorim, apresenta uma formação acadêmica diversificada, com graduações em Direito e Letras Português/Inglês e suas respectivas Literaturas. Além disso, sua especialização em Revisão de Texto demonstra seu compromisso com a qualidade da comunicação escrita. O fato de estar atualmente cursando outra graduação em Direito sugere seu contínuo interesse na área jurídica. Sua capacidade de combinar conhecimento jurídico e linguístico torna suas contribuições ao artigo valiosas, especialmente em relação à precisão das informações e à clareza da escrita. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/59051619641>. Orcid: <https://orcid.org/0000000191982692>.

A terceira autora, Betânia Pereira de Jesus, traz sua experiência no campo educacional como Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior e graduada em Pedagogia. Sua formação em Letras e Direito adiciona uma dimensão linguística e legal ao seu conhecimento. Além disso, sua atuação como professora na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal sugere que ela tem uma compreensão prática dos desafios da educação e das questões sociais, o que é relevante para a análise dos tópicos abordados no artigo. O compromisso de Betânia com o ensino e a educação é evidente em sua formação e experiência profissional. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8814561540495448>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6042-9779>.

O artigo em questão é dividido em: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, apresentação, Rituais de desumanização dos suspeitos, Urgência da justiça popular como repúdio às ações ou inações do Estado, Postura psicológica de quem lincha, Planalto Central do Brasil em foco, considerações finais e referências.

No resumo da obra resenhada, o autor aborda o tema do linchamento como uma forma de violência pública extrainstitucional no Brasil. Ele destaca como a ausência de ação e a apatia por parte do Estado podem resultar em conflitos sociais, levando as pessoas a buscarem justiça por conta própria. Essa situação é descrita como uma ferida aberta na sociedade brasileira devido à ausência de tipificação penal específica, embora possa ser punida quando enquadrada em tipos penais análogos. Além disso, o autor explora o *modus operandi* dos linchadores, enfocando a desumanização provocada pelo ato de linchar, o que suscita curiosidade científica e análise.

Diante disso, o tema desta obra é o "Estado e justiça: respostas populares à violência", que envolve essa espécie de violência, especificamente o linchamento, como uma forma de violência pública extrainstitucional. Já o problema abordado diz respeito à "prática do linchamento como uma resposta popular à violência em decorrência da ausência ou morosidade institucional". O artigo busca

entender por que essas pessoas recorrem ao linchamento como forma de buscar justiça, especialmente quando o Estado falha em sua atuação. A hipótese explorada na obra não é explicitamente mencionada no trecho fornecido. No entanto, a obra parece considerar e investigar a possibilidade do linchamento como uma resposta popular à violência que ocorre devido a uma combinação de fatores internos e externos, incluindo a inação do Estado e a natureza humana.

O objetivo principal da obra foi “analisar o fenômeno do linchamento e suas respostas populares à violência, considerando as ações, inações e indolência do Estado”. Os objetivos específicos da obra não são fornecidos no trecho disponibilizado.

A justificativa para a pesquisa aborda a necessidade de entender o fenômeno do linchamento e as respostas populares à violência, tanto para profissionais da área, como para a ciência e para a sociedade em geral. A obra busca compreender a natureza do linchamento, seus rituais de desumanização e a urgência dos populares em fazer justiça quando o Estado falha em sua atuação.

A metodologia utilizada na obra não é detalhada no trecho fornecido. Portanto, não é possível fornecer informações específicas sobre a metodologia adotada no artigo.

No primeiro capítulo da obra, intitulado "Rituais de Desumanização dos Suspeitos", são abordados os rituais de desumanização das vítimas de linchamento. O texto descreve que as vítimas podem ser de qualquer idade e sexo, embora os casos mais recorrentes envolvam jovens do sexo masculino, em sua maioria negros e pobres. Os linchadores, ao se concentrarem no crime que desejam punir, muitas vezes ignoram a pessoa que estão linchando, perdendo assim a proporcionalidade na punição.

O capítulo explora um caso em que as pessoas presentes permitiram que a família da vítima participasse do linchamento como um ato de vingança, enfatizando o caráter simbólico e ritualístico desses eventos. O texto também observa que as populações que praticam o linchamento costumam ser favoráveis à pena de morte e discordam das penas aplicadas pelo Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) considerando-as ineficazes.

Os linchadores buscam justiça rápida e castigos cruéis, o que contraria o processo legal estabelecido pelo ordenamento jurídico brasileiro. O capítulo destaca o descompasso entre a mentalidade dos linchadores, baseada em instintos primitivos, e a evolução das normas legais, que visam à imparcialidade nos casos julgados e ao amplo direito à defesa dos acusados.

Além disso, o capítulo fornece estatísticas alarmantes sobre o número de linchamentos e tentativas de linchamento no Brasil, destacando o caráter cruel e desumano desses atos. A obra enfatiza a necessidade de compreender a psicologia por trás dos linchamentos e os rituais de desumanização para abordar efetivamente esse fenômeno.

No segundo capítulo da obra, intitulado "Urgência da Justiça Popular como Repúdio às Ações ou Inações do Estado", explora-se a urgência que leva à aplicação da justiça popular como uma resposta à inação ou morosidade do Estado. O capítulo argumenta que um suspeito de ato criminoso que cai em desgraça pública se torna um inimigo pessoal de todos aqueles que se unem para linchá-lo, construindo assim um contexto histórico que explica o clamor popular por justiça imediata.

O texto discute como os arroubos instintivos de violência ocorrem com urgência, uma vez que a validade dessas ações está diretamente relacionada à

manutenção do calor emocional da turba envolvida. A justiça popular é aplicada no auge dos acontecimentos, quando a adrenalina está em seu nível mais alto, e o grupo age de maneira coletiva, muitas vezes buscando autodefesa e a ausência de punição por parte do Estado.

O capítulo observa que, ao longo da história, houve momentos em que a população invadiu repartições públicas para buscar sua própria justiça ou interferiu na aplicação da justiça estatal, considerando-a inadequada. Mesmo com a morosidade da justiça estatal, em algumas circunstâncias, a população exige a tutela jurisdicional coletiva, demonstrando repúdio às ações ou inações do Estado.

A obra destaca a inação do Estado contemporâneo quando se trata de evitar atos de justicamento privado e a ambiguidade das polícias em relação a esses eventos. Além disso, enfatiza a dificuldade de equilibrar a emotividade social com a tecnicidade da justiça estatal, que muitas vezes não atende às expectativas de punição daqueles que buscam a justiça popular como forma de extravasar suas frustrações. O capítulo argumenta que a população vê o suposto criminoso como um inimigo do corpo social, despersonalizando-o e configurando-o no próprio crime. Para evitar distorções nesse processo, o Estado deve ser eficiente em suas ações.

No terceiro capítulo da obra, intitulado "Postura Psicológica de Quem Lincha", o autor explora a psicologia coletiva por trás dos atos de linchamento, analisando por que multidões se envolvem em violência extrema contra suspeitos de crimes. O capítulo destaca a tendência à imitação na multidão e a influência de grupos numerosos, ressaltando que a instigação por trás do linchamento muitas vezes é menos importante do que o sentimento de poder obtido pela multidão. No contexto brasileiro, o capítulo menciona a justificação dos linchamentos como autodefesa coletiva devido à omissão do Estado, embora essas ações possam ser baseadas em informações inadequadas e ocorrer sem um profundo conhecimento da vítima. A análise psicológica apresentada é fundamental para compreender e abordar esse fenômeno preocupante e suas implicações para a sociedade.

O quarto capítulo da obra ou a quarta parte tem o título "Necessidade da População por Justiça Imediata". Nesta seção, o autor aborda a crescente demanda da população por justiça imediata, muitas vezes por meio do linchamento, devido à falta de confiança nas instituições públicas e aos trâmites burocráticos que levam à sensação de impunidade. São apresentados casos de linchamento ocorridos no Distrito Federal, em que a passionalidade e a cultura punitiva da sociedade desempenham um papel significativo. A população muitas vezes se vê como defensora da moralidade e, diante da insatisfação com o sistema judicial, busca aplicar "justiça privada" de forma violenta, alimentada pela sensação de impunidade. Este capítulo explora as motivações e os casos de linchamento na região, destacando as lacunas entre as necessidades da população e o que as instituições públicas são capazes de fornecer em termos de segurança e justiça.

A pesquisa na obra "Estado e Justicamento: Respostas Populares à Violência" destaca a complexidade das respostas populares à violência, especificamente o linchamento, em contraste com a atuação do Estado. Ela enfatiza a necessidade de considerar diversos fatores que envolvem essas práticas e a urgência das pessoas em buscar justiça, mesmo que isso implique sacrificar princípios legais. Os resultados evidenciam que a psicologia das multidões envolvidas em linchamentos é complexa e que os linchadores nem sempre agem movidos por uma fúria descontrolada, muitas vezes imitando a multidão. A pesquisa também aponta que, mesmo em um cenário ideal, a natureza humana pode buscar atos violentos, exigindo um controle adequado. Portanto, a

compreensão da psicologia coletiva por trás dos linchamentos é essencial para abordar eficazmente esse fenômeno complexo.

Referências

ARAÚJO, Odair José Torres de; AMORIM, Maria das Dores Duarte de Sá de; JESUS, Betânia Pereira de. **Estado e justiça: respostas populares à violência. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Ano XII, Vol. 12, n. 43, jul.-dez., 2021. ISSN Online: 2178-2008 - ISSN Impresso: 2237-2342. DOI: 10.5281/zenodo.6784770. Disponível em: <<https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/685/727>>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Código Penal (1940). **Código Penal Brasileiro**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. 143 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1e_d.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Ano II, Vol. II, n. 5, ago.- dez., 2019. Disponível em: <<http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 set. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Ano II, Vol. II, n. 05, ago./dez., 2019. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 set. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, pp. 95-107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 1º jun. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, pp. 88-118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 1º jun. 2022.